

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DO TERRITÓRIO

Roberto Lobato Corrêa
Departamento de Geografia- UFRJ
Tel.: (021) 590-1880
UFRJ-IBGE, Rio de Janeiro, Brasil

Este comentário intenta apresentar algumas reflexões gerais sobre o conceito de gestão do território visando contribuir para uma melhor compreensão sobre o tema em pauta. Uma definição inicial sobre gestão do território considera-a como sendo o controle da organização espacial, envolvendo a sua própria gênese e o curso de suas transformações.

Dada esta definição geral, pouco elaborada, lanca-se uma questão geral e uma hipótese sobre gestão do território. A questão é de ordem metodológica, referindo-se à necessidade de, muito claramente, responder às seguintes perguntas que estão interligadas entre si.

Primeiramente por quê? Refere-se esta pergunta à causalidade, implicando não em uma única e simples resposta, onde se apresenta um único fator, mas sim em uma intercausalidade que pressupõe efetivamente, uma resposta à questão quando?, Que define a historicidade do tema em tela. Em segundo lugar, para quê? Esta pergunta diz respeito à finalidade da gestão do território, entendida como uma medicação da natureza social não como um fim em si mesmo. Em terceiro lugar, para quem? A gestão do território é uma prática do poder e, uma sociedade de classe afeta diferencialmente as diversas classes e frações. Finalmente uma quarta pergunta, a do como? Está ela relacionada aos diferentes agentes sociais que, de um modo ou de outro participam da gestão do território, aos meios a través dos quais ela se realiza e às formas que assume inclusive a forma espacial, a sua especialidade. Associada a esta pergunta aparece uma outra, a do onde? Essa última interessa particularmente, mas não de modo exclusivo, ao geógrafo.

A definição acima as perguntas enunciadas envolvem o reconhecimento da dimensão espaço-temporal da gestão do território. Este é o primeiro ponto a ser realçado neste comentário: a gestão do território, como qualquer outro fenômeno social, é enmarcada por uma espaço-temporalidade que deve ser, a cada momento, e em cada lugar, evidenciada.

Em outros termos, a cada fase da História e nas diferentes formações sócio-espaciais, há modelos distintos de gestão do território, cada um incluindo depostas diferenciadas e combinadas às questões, por quê? Quando? Para quem? Como? E onde? Dar conta dos diferentes modelos de gestão do território significa dar conta daquela dimensão fundamental para o entendimento da realidade social que é a dimensão genético-evolutiva de que nos fala Kosik (3).

As depostas as perguntas acima indicadas pressupõem que se tenha entendido e desvenado duas outras dimensões relativas ao conhecimento da

realidade social: a dimensão horizontal que indica as relações entre o universal, particular e o singular, ou seja, as especificidades assumidas pela gestão do território em uma dada formação sócio-espacial e em um dado lugar, ou ainda, como uma finalidade geral, universal, da gestão do território, assume aspectos particulares em uma dada formação social e aspectos singulares em um determinado lugar. A dimensão vertical completa o tripé dimensional, referindo-se á dialéctica entre essência (por quê? Para quê? Para quem?) e a aparência (como? Onde?).

Vejamos agora a nossa hipótese. A gestão do território tem por finalidade, nas sociedades de classes, manter, e mesmo ampliar, as diferenças. Esta diferenciação é simultaneamente de natureza social e espacial.

O aparecimento de direto e de fato da gestão do território se faz no bojo do processo de transformação da sociedade, quando da passagem da comunidade primitiva para a primeira sociedade de classes, e denominado modo de produção asiático. Nesta passagem verifica-se simultaneamente o aparecimento das classes sociais, do Estado, da cidade e de um território formalmente controlado pela cidade, a cidade- Estado. E ainda o surgimento controlado pela cidade-campo, como mostram Marx e Engels (5). Os habitantes não são mais referenciados por pertencerem a um dado grupo gentílico, como na comunidade primitiva, mas por residirem em um dado território, conforme apontam MARX (4), Engels (2) e Eibeiro (6). Segundo autor;

- ✚ “Esta nova estrutura societária de rupícolas e cidadãos capacita-se a fazer do território, e não da descendência, a base da unidade social e, desse modo, a incorporara numa mesma unidade sócio-política diversas comunidades locais, cujas populações já podem ser muito maiores, cujas origens e identificações étnicas poder ser amplamente diferenciadas e cuja estratificação social poder ser muito mais diversificada” (p. 78-79).

É evidente que a comunidade primitiva a tinha um território que ela controlava, mas os seus membros reconheciam-se primeiro pelos laços gentílicos que os unia e por uma prática social igualitária, base de uma consciência coletiva, e menos pela vinculação a um dado território. A gestão do território implicava em divisão social do trabalho, com práticas sociais diferenciadoras, e bem tinha por finalidade a dominação de um grupo social sobre outro. Visava garantir a existência e a reprodução da igualdade que caracterizava a comunidade primitiva. Neste sentido tratava-se da gestão da igualdade, e este é um ponto fundamental da temática em pauta.

A partir deste ruptura histórica toda gestão do território- pelo menos nas sociedades de classes- passa a ser uma gestão das diferenças. E isto a pesar do discurso tecnocrático fundado na idéia de equilíbrio espacial, resultando de um processo de difusão do desenvolvimento. Este é o segundo ponto que se pretendeu evidenciar neste comentário, e que se deriva do primeiro.

Enfatizemos a hipótese da diferenciação, considerando –a no capitalismo. A gestão do território visa garantir e mesmo a criar diferenciações de áreas, ou seja, condições de produção e reprodução diferenciadas no espaço para que o processo de Acumulação capitalista continue a se verificar, ao mesmo tempo que se assegura uma reprodução dos diferentes grupos sociais. É assim uma gestão das diferenças territoriais (1) (7). Estas diferenças sócio- espaciais são como que necessárias e inevitáveis no capitalismo. É por isso que o planejamento territorial, a forma mais acabada de se tentar fazer a gestão do território, não passa de uma ideologia na medida em que contém um discurso de equidade-equilíbrio-harmonia espacial.

Bibliografia

- (1) Browett, J.-On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development under Capitalismo. International Journal of Urban and Regional Research, 8 (2), 1984, London, 155-175.
- (2) Engels, F.-A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 6ª edição, 215p. (original de 1984).
- (3) Kosik, K.-Adialéctica dio Concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977, 230p.
- (4) Marx, K.-Formações Econômicas Pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 137p. (original de 1857-1858).
- (5) Max, K. e Engels, F.-L'Idéologie Allemande (tome premier). Paris. Editions Sociales, 1977, 143 p. (original 1845).
- (6) Ribeiro, D.- P Processo Civilizatório. Petrópolis, Vozes, 1979, 25 p.
- (7) Walter, R. Two Sources of Uneven Development under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital Mobility. The Review of Radical Political Economics, 10 (3), 1993, N. York, 28-37.